

SISTEMA FAEP



Mala Direta
Postal

9912152808/2006-DR/PR

SENAR

CORREIOS

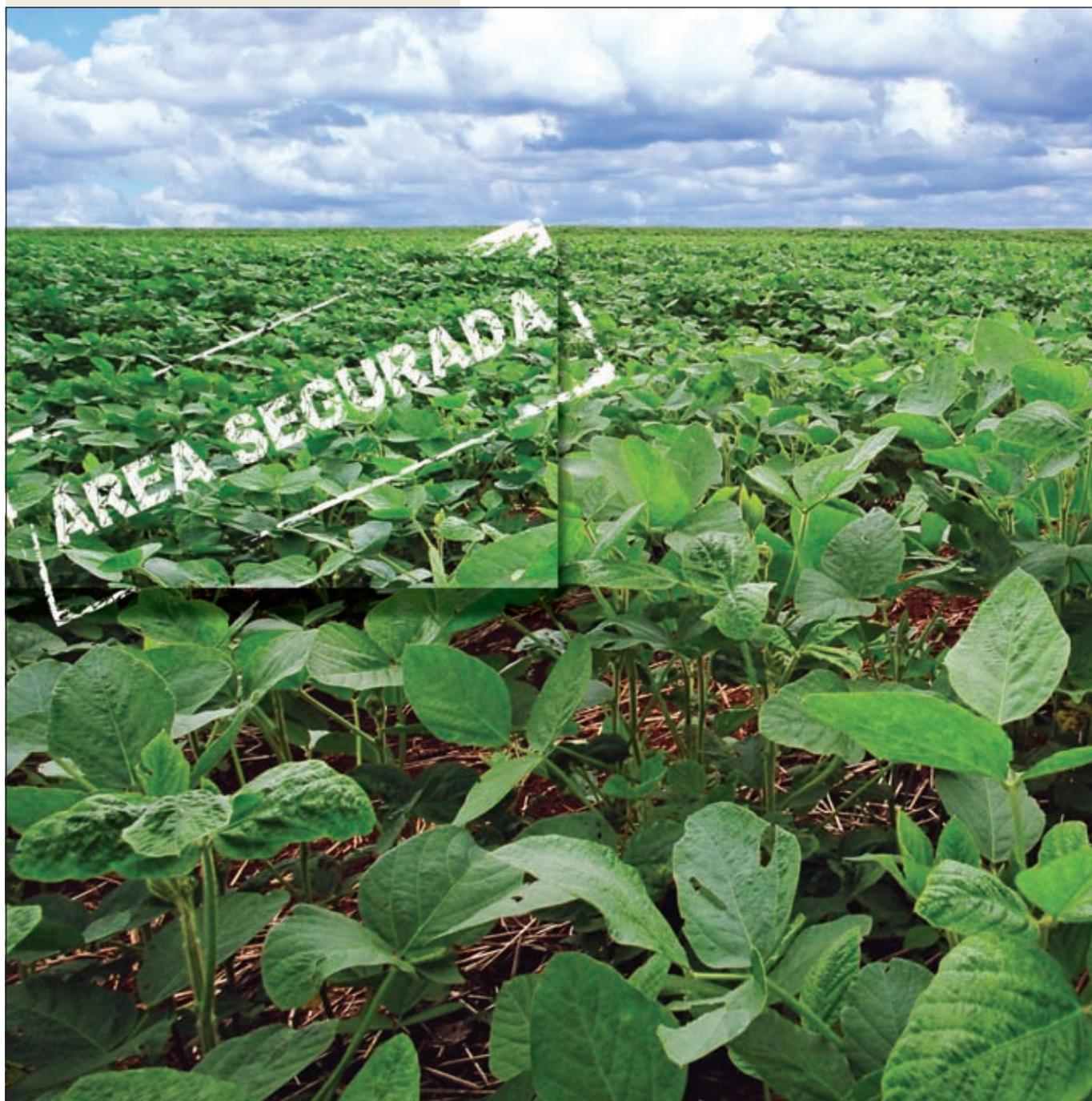
BOLETIM

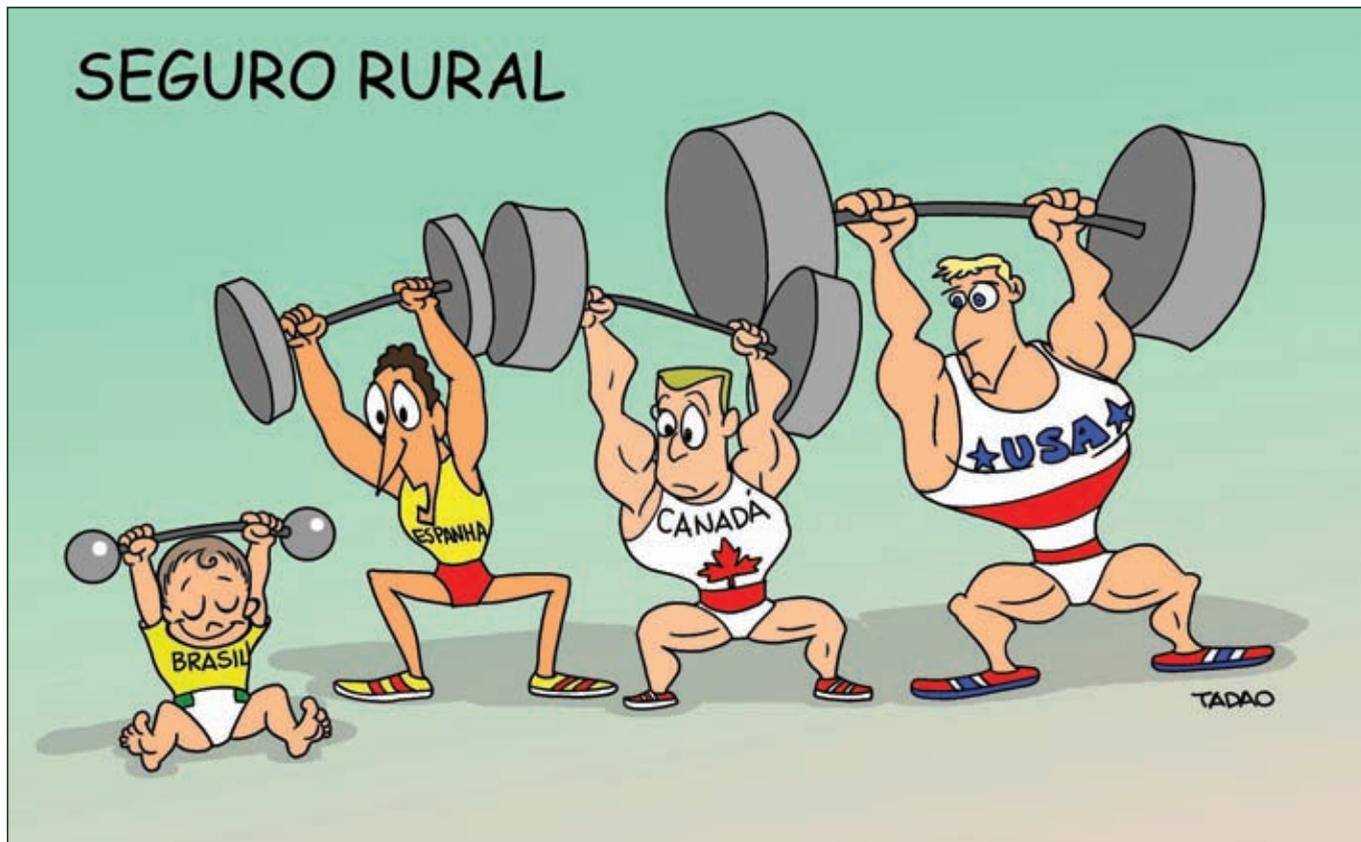
informativo

Ano | n° | 6 a 12 de julho
XXIV | 1057 | de 2009

Tiragem desta edição 24.000 exemplares

Seguro avança rápido, mas cobre poucas lavouras





SEGURO RURAL

Um nanico com potencial de gigante

A contratação do Seguro Rural no País está em franca expansão, apesar de atingir menos de 10% das lavouras. O “hormônio de crescimento” do seguro rural brasileiro – um nanico, quando comparado ao índice de adoção em outros países – tem sido a subvenção do Governo Federal que, desde 2005, paga parte do prêmio devido pelo produtor.

Depois do início da subvenção, a área coberta pelo seguro rural aumentou três vezes e alcançou 4,8 milhões de hectares em 2008 - mais de 7% do total da área plantada com culturas anuais e permanentes.

Para este ano, a subvenção da União para o seguro contratado pelos produtores rurais foi reajustada em mais de 50%, passando de R\$ 176 milhões para R\$ 273 milhões. O valor deve viabilizar o atendimento a 90 mil produtores na contratação

Hoje, 76 culturas anuais e permanentes estão incluídas no programa

de 100 mil apólices de seguro. Assim, ficam garantidos capitais da ordem de R\$ 12,5 bilhões em 8,1 milhões de hectares.

A subvenção na modalidade agrícola varia de 40% a 70% do valor do prêmio do seguro, limitada a R\$ 96 mil por ano. Hoje, 76 culturas anuais e permanentes estão incluídas no programa. Para pecuária, florestas e aquicultura, o percentual de subvenção é de 30% do valor do prêmio, limitado a R\$ 32 mil por ano.

Analistas concordam que, sem subvenção, o seguro rural estaria à beira da extinção; hoje, o mercado ficou mais atrativo e seis seguradoras oferecem opções para os produtores.

Gargalos

Segundo Pedro Loyola, economista da FAEP, ainda há pontos a serem aperfeiçoados para que um maior número

de produtores contrate apólices de proteção de suas lavouras.

Um dos maiores gargalos é a produtividade levada em conta nas indenizações. Produtores que usam alta tecnologia são prejudicados por que o seguro não leva em conta a média de produtividade histórica do produtor, mas a média de produtividade do município fornecida pelo IBGE ou pela Secretaria da Agricultura (SEAB-PR). Assim, o seguro socorre um produtor competente somente em caso de catástrofe, não cobrindo a maioria das perdas da produção que estão na faixa entre 20% e 50%.

A reivindicação é de que as seguradoras habilitadas no Programa de Subvenção aumentem a faixa de cobertura para no mínimo entre 70% e 85% da produtividade média do produtor.

SUBVENÇÃO

Produtores de trigo do Paraná terão dinheiro de volta



Os produtores que já contrataram o seguro rural para o trigo vão ser ressarcidos pelo Governo do Estado no valor equivalente à subvenção de 15% do prêmio. A subvenção estadual, estabelecida pelo Projeto de Lei 268/09, foi aprovada na Assembleia Legislativa e está em fase final de tramitação, antes de entrar em vigor.

A aprovação da lei significa que, do custo do seguro, 70% são bancados pelo Governo Federal e 15% pelo Governo do Estado, restando apenas 15% como contrapartida do produtor. Os que aderirem ao Programa de Irrigação Noturna terão subvenção estadual de 30%, fechando 100% do valor do prêmio.

“A lei é retroativa a março. Estamos buscando uma fórmula jurídica que permita ressarcir os pro-

dutores no valor da subvenção, sem ferir princípios da administração do dinheiro público”, diz Francisco Simioni, diretor do Departamento de Economia Rural da Secretaria de Agricultura do Paraná.

Simioni diz que os recursos estão garantidos, caso contrário não haveria nem como aprovar a lei. Um decreto será publicado nos próximos dias regulamentando a subvenção, numa fórmula discutida entre técnicos das seguradoras, Agência de Fomento, Assembleia Legislativa, Casa Civil, Secretaria de Agricul-

ta, Secretaria de Planejamento, Secretaria da Fazenda e Procuradoria Geral do Estado.

Para ter direito à subvenção, o produtor tem que estar em dia com todos os tributos estaduais e federais. A liberação depende de consulta, através de CPF, ao banco de dados da Secretaria da Fazenda. O Paraná é o maior produtor de trigo do País, com uma produção de 3,2 milhões de toneladas na safra passada, volume que correspondeu a mais de 50% da produção total de trigo no País em 2008.

Na linguagem do setor de seguros, PRÊMIO é a taxa que o contratante deve pagar e SUBVENÇÃO é um percentual da taxa assumido pelo Governo para estimular a contratação

PROGRAMA DE EMPREGO E RENDA

Proger Rural: mais recursos para mais produtores

Seis por cento dos recursos dos depósitos à vista nos bancos serão aplicados no setor rural, através do Programa de Geração de Emprego e Renda (Proger Rural), o que garante uma nova fonte de recursos para o programa que atende o médio produtor rural.

São R\$ 5 bilhões destinados a safra 2009/2010. As novidades anunciadas no Plano Agrícola e Pecuário 2009/2010 tornaram o Proger acessível ao produtor de médio porte, até então excluído. Volume maior de recursos disponibilizados, a uma taxa de 6,25% ao ano, aumenta o acesso ao crédito a uma faixa maior de produtores, antes enquadrados como agricultura comercial com taxas de juros maior. A renda bruta passa a ser o critério principal na concessão do crédito, eliminando o critério de módulos fiscais de terra (máximo de 15 módulos). O limite de renda do produtor que pode ter acesso ao crédito passou de R\$ 250 mil para R\$ 500 mil anuais com possibilidade de rebate sobre a renda bruta anual de acordo com a atividade. Na avicultura e suinocultura integrada, em que o rebate é maior (80%), um produtor com renda anual de R\$ 2,5 milhões se enquadra no limite de R\$ 500 mil.

Os limites de financiamento de custeio e investimento aumentaram para R\$ 250 mil e R\$ 200 mil, respectivamente. Valores mais adequados ao perfil do médio produtor. O coordenador-geral de análises econômicas da Secretaria de Política Agrícola (SPA/Mapa), Marcelo Fernandes Guimarães, afirma que o governo quer estimular o médio agricultor, que está numa posição intermediária, não tão pequeno que possa ser atendido pelo Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) e não tão grande que se encaixe na agricultura empresarial.

O principal questionamento dos

agricultores é sobre a viabilidade de acesso aos recursos. Guimarães explica que o segredo está numa palavra que apesar de complicada tornará a vida do produtor mais fácil: subexigibilidade. Ou seja, os recursos são obrigatórios para o programa, o que garante o esforço do agente de crédito em liberá-lo especificamente para o Proger.

Outra novidade do programa é o crédito rotativo, uma nova modalidade com teto máximo de R\$ 50 mil que objetiva facilitar o acesso do produtor aos recursos. “É uma espé-

cie de crédito pré-aprovado no agente operador de crédito rural a disposição do produtor, sem burocracia”, explica Guimarães.

É semelhante ao que ocorre com o Pronaf, só não pode superar o limite geral de financiamento. Os valores pagos são repostos, evitando a necessidade de novos cadastros a cada nova solicitação.

“É um bom avanço. São medidas que atendem aos nossos pedidos e beneficiarão mais produtores do Paraná”, comemora o presidente do Sindicato Rural de Toledo, Nelson Paludo.

PROGER RURAL

Programação de recursos (Safra 2009/10)

Itens	2009/2010
Custeio	3,5
Investimento:	1,5
Moderfrota	1
Demais investimentos	0,5
Total	5

Fonte: SPA/Mapa

Crédito Rotativo



Segundo o dito popular “água mole em pedra dura tanto bate até que fura”. Foi assim, na persistência, que o produtor Nelson Paludo (foto) aproveitou todas as oportunidades existentes para insistir com Ministé-

rio da Agricultura sobre a necessidade de criação do crédito rotativo. Fosse nas reuniões técnicas na sede da FAEP ou fosse ao cruzar nos corredores de um hotel, em Chicago, com assessores do Ministério da Agricultura. Nos Estados Unidos o produtor conseguiu ser ouvido e teve a oportunidade de explicar do que se tratava e foi bem aceito pelos ouvintes. Para reforçar a idéia, em janeiro, num encontro com o ministro Reinhold Stephanes, a solicitação foi entregue por escrito. Stephanes guardou o pedido no bolso do paletó e Paludo ficou na dúvida do sobre o significado do gesto. A resposta veio agora, com o crédito rural sendo um dos destaques do Proger Rural.

Médio produtor com juros e condições especiais de financiamento

ÂNCORA VERDE

Real completa 15 anos com os alimentos segurando a inflação

No dia 1º de julho de 1994 os brasileiros conheciam a cédula do Real. De lá para cá, os alimentos ficaram conhecidos como a âncora verde para manter a inflação controlada.

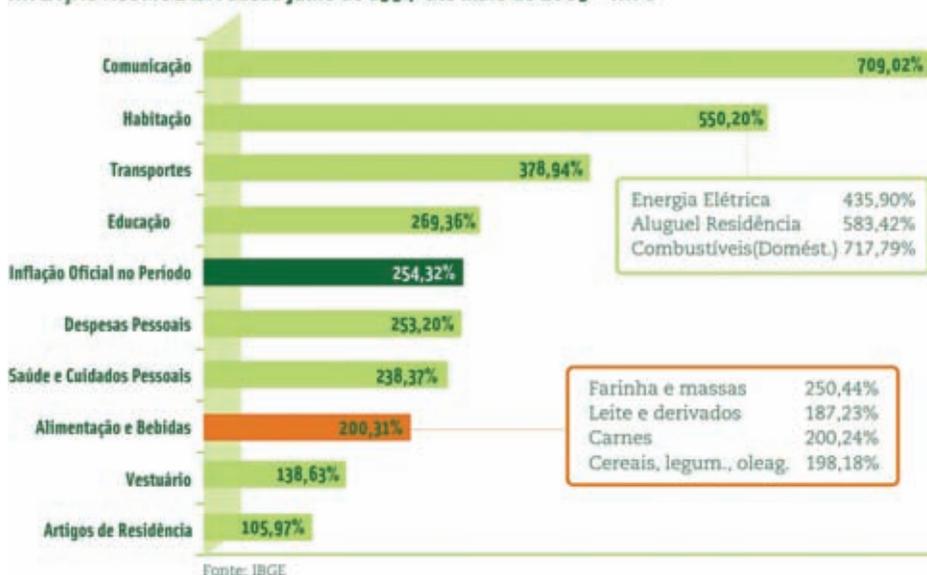
De uma perspectiva de longo prazo, os preços dos produtos agrícolas crescem menos que a inflação. Um comparativo de preços recebidos pelos produtores paranaenses em julho de 1994 e maio de 2009, mostra que apenas na soja, trigo e boi gordo, os preços superam a inflação medida pelo INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor) do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Porém, vale lembrar que esses produtos tiveram um aumento de custos muito maior que a inflação do período.

Outros nove produtos pesquisados, mostram que o produtor recebe menos do que a inflação acumulada no período, como é o caso do milho, feijão, café, leite, cana-de-açúcar, suínos e aves.

A inflação oficial do período foi de 254% e os alimentos subiram apenas 200%. Já os itens monitorados pelo governo foram os verdadeiros vilões da inflação. Combustíveis domésticos (gás) e comunicação (telefone) tiveram inflação superior a 700% no período. A energia elétrica subiu mais de 435% e os planos de saúde 371%.

Por outro lado, desde a implantação do Plano Real, os juros foram o melhor investimento. O Certificado de Depósito Interbancário (CDI), que tem variação muito próxima à taxa básica de juros (Selic), subiu mais de 2.000% de julho de 1994 até hoje. A Bolsa de Valores vem em seguida, com alta de 1.300%.

INFLAÇÃO ACUMULADA desde julho de 1994 até maio de 2009 - INPC



PARANÁ - PREÇOS PRINCIPAIS PRODUTOS AGRÍCOLAS - 1994-2009

PRODUTO	PREÇOS MÉDIOS JULHO 1994	PREÇOS MÉDIOS MAIO/09	PREÇOS ATUALIZADOS INFLAÇÃO JULHO/94 - MAIO/09 (%)
Soja (R\$/saca)	10,43	45,98	36,96
Trigo (R\$/saca)	6,73	27,92	23,85
Milho (R\$/saca)	5,62	17,40	19,91
Feijão preto (R\$/saca)	30,87	61,87	109,38
Feijão cor (R\$/saca)	30,71	64,75	108,82
Café (R\$/saca)	185,00	222,50	655,52
Leite (R\$/litro)	0,19	0,59	0,67
Boi gordo (R\$/@)	20,75	72,26	73,52
Cana-de-Açúcar (R\$/t)	10,00	28,58	35,43
Suíno Raça (R\$/kg)	0,66	1,68	2,34
Suíno Comum (R\$/kg)	0,47	1,46	1,67
Frango Vivo (R\$/kg)	0,54	1,61	1,91

Fonte: SEAB/DERAL

Elaboração FAEP/DTE (*) Preços atualizados pelo INPC de julho/94 a maio/09

GOVERNO - VILÃO DA INFLAÇÃO

Ranking dos itens que mais contribuíram para a alta da inflação no Brasil Período - Julho de 1994 a Maio de 2009 - IBGE
Variação acumulada desde o Plano Real

COLOCAÇÃO	ITENS MONITORADOS PELO GOVERNO	VARIAÇÃO
1	Combustíveis (Domést.)	717,79%
2	Comunicação	709,02%
3	Aluguel e Taxas	583,42%
4	Transporte Público	515,58%
5	Energia Elétrica Resid.	435,90%
6	Serviços Pessoais	380,65%
7	Plano de Saúde	371,76%
INPC	Inflação Oficial no Período	254,32%

MERCADO / CONJUNTURA AGROPECUÁRIA**Gilda Bozza**

Gilda Bozza é economista do DTE/FAEP

CRISE**Exportações do agronegócio paranaense têm queda de 28%**

No acumulado janeiro/maio de 2009, as exportações paranaenses totalizaram US\$ 4,43 bilhões, com queda de 28% em comparação a igual período de 2008 (US\$ 6,16 bilhões). As importações somaram US\$ 3,09 bilhões e o saldo comercial foi de US\$ 1,34 bilhão. É o que apontam os dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio (MDIC).

Já as exportações do agronegócio paranaense totalizaram US\$ 3,31 bilhões, significando 74% das exportações paranaenses. Igualmente, nas exportações do agronegócio, houve uma queda de 21% comparativamente ao mesmo período de 2008 (US\$ 4,18 bilhões), haja vista a o menor preço médio das commodities agrícolas.

No desempenho por grupos de produtos, o complexo soja (grão, farelo, óleo) registrou uma receita de US\$ 1,51 bilhão, uma queda de 20% em relação a igual período de 2008 (US\$ 1,89 bilhão). No caso da soja, o menor preço internacional da commodity refletiu na receita gerada. No acumulado dos cinco primeiros meses de 2009 o preço médio foi de US\$ 366,52 contra US\$ 406,51 por tonelada em igual período de 2008. Com isso, a receita das exportações de soja em grão foi de US\$ 885 milhões para um volume comercializado de 2.417 mil toneladas. As exportações de farelo de soja totalizaram US\$ 457 milhões e um volu-

me exportado de 1.381 mil toneladas. As exportações de óleo de soja bruto e refinado apresentaram quedas significativas na receita e no volume. O óleo bruto teve queda na receita de 53%, caindo de US\$ 271 milhões para US\$ 127 milhões. Quanto ao óleo refinado, a receita caiu de US\$ 187 milhões para US\$ 41 milhões.

O grupo carnes (aves, bovina, suína e outras), o segundo em ordem de importância na pauta das exportações do agronegócio paranaense, assinalou queda nos primeiros cinco meses de 2009. A geração de divisas foi de US\$ 668 milhões contra US\$ 823 milhões, uma queda de 18%. As exportações do segmento de carne de frango caíram US\$ 18%. Passaram de US\$ 595 milhões para US\$ 490 milhões. No caso das exportações de carne suína, as vendas ao exterior avançaram 19%. A receita subiu de US\$ 27 milhões para US\$ 32 milhões. O segmento de carne bovina aumentou a receita em 13%. Passou de US\$ 19,9 bilhões para US\$ 22,6 bilhões.

O complexo sucroalcooleiro teve o melhor desempenho nas exportações do agronegócio paranaense, com um aumento de 25% comparativamente a igual período de 2008. As divisas geradas passaram de US\$ 195 milhões para US\$ 245 milhões. O setor de açúcar, haja vista a conjuntura internacional favorável teve aumento

da receita e do volume exportado. Quanto à receita, o aumento foi de 79%, ou seja, passou de US\$ 126 milhões para US\$ 226 milhões. O volume comercializado cresceu de 480 mil para 775 mil toneladas (61%). O preço médio de exportação passou de US\$ 263,61 para US\$ 292,38 por tonelada. Já as exportações de álcool caíram 73%. Passaram de US\$ 69 milhões para US\$ 19 milhões. O volume exportado passou de 142 mil para 43 mil toneladas, queda de 69%.

As exportações de milho em grão frustraram as expectativas. Os preços de exportação não são favoráveis. A receita gerada no período em análise foi de US\$ 169 milhões contra US\$ 235 milhões em igual período de 2008. Os preços internacionais do grão, em sintonia com o mercado de commodities agrícolas, registraram queda. O preço médio caiu de US\$ 225,17 para US\$ 154,54 por tonelada.

Os mercados da China, Alemanha, Países Baixos (Holanda), Estados Unidos, Arábia Saudita, França, Itália, Espanha, Reino Unido, Arábia Saudita, Rússia e Coreia do Sul registraram variação negativa em relação a igual período de 2008.

Em termo de blocos econômicos a União Européia assinala uma variação negativa de 39%. Para o Mercosul a queda foi de 54%. Para os demais blocos a queda foi de 31%.

No desempenho por grupos de produtos, o complexo soja (grão, farelo, óleo) registrou uma receita de US\$ 1,51 bilhão, uma queda de 20% em relação a igual período de 2008 (US\$ 1,89 bilhão)

PREVISÃO DE SAFRA

"Abra o olho com os americanos"

Se por curiosidade recorrermos aos jornais e aos sites especializados em economia rural de julho do ano passado, vamos constatar que os americanos continuam os mesmos. Nesta época do ano, quando o Departamento de Agricultura do Governo norte-americano divulga as previsões da produção e área de plantio da soja, milho e trigo, inicia-se o chamado grande jogo do mercado. Nele, esses números são fundamentais para influenciar as bolsas do mercado agrícola, os chamados "commodities".

A partir de agora, mensalmente, o Departamento de Agricultura dos EUA, fortemente influenciado pelos lobbies das megas-empresas, interpretarão suas avaliações por eventuais problemas climáticos e a visualização da produção de grãos nos demais países, como o Brasil e Argentina (na soja), a China e União Européia (no milho) e China, União Européia e Índia (no trigo).

No início deste mês, o Departamento da Agricultura norte-americano fez suas previsões. Para o milho 35,2 milhões de hectares (cerca de 300 milhões de toneladas), quando eram es-



perados 34,4 milhões de hectares. Para a soja a expectativa é de 31,7 milhões de hectares (cerca de 84 milhões de toneladas), quando esperava-se 30,7 milhões de hectares. E o trigo praticamente estaria estabilizado em torno de 24 milhões de hectares.

"Na verdade, a partir de agora, o que vai ocorrer é a repetição de uma grande guerra comercial entre os Estados Unidos e o resto dos países pro-

dutores de alimentos", afirma a economista Gilda Bozza, do Departamento Técnico da FAEP. Ela recomenda aos produtores paranaenses que acompanhem a evolução das informações sobre o desempenho do mercado pelo site www.fae.com.br, onde estão boletins diários e cotações) estabelecendo uma estratégia de comercialização para o seu produto. "Abra o olho com os americanos", lembra ela.

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Comissão da Câmara aprova redução da jornada de trabalho e reajusta hora extra

A comissão especial da Câmara dos Deputados que analisa a redução da jornada de trabalho, de 44 horas para 40 horas semanais, aprovou no dia 30 de junho o relatório favorável apresentado pelo deputado Vicente Paulo da Silva (PT-SP), o Vicentinho.

Aprovada por unanimidade, a proposta também aumenta o valor da hora extra de 50% do valor normal para 75%.

Em tramitação há 14 anos no Congresso, a PEC (Proposta de Emenda

à Constituição) deve ser votada pelo plenário no início de agosto.

Para a CNI (Confederação Nacional da Indústria), a proposta em tramitação no Congresso não estimulará a criação de empregos e elevará os custos da produção. "A criação de emprego depende de diversos fatores, principalmente de investimentos na produção, de aumento do consumo, de crescimento sustentado e educação de boa qualidade. Leis não criam empregos".

A entidade avalia que, no con-

texto da crise econômica, a redução na jornada de trabalho, sem o ajuste correspondente nos salários, comprometerá a competitividade das empresas.

"Estamos especialmente preocupados com o impacto da medida nas micros e pequenas empresas, que não terão condições de absorver ou repassar os custos provocados pela medida", afirmou Armando Monteiro Neto, o presidente da CNI, que defende a livre negociação como "resposta mais adequada à questão do emprego".

BANCO CENTRAL

Crédito será facilitado com mudança na classificação de risco do produtor

O Banco Central aprovou no dia 30 de junho medida que facilita para as instituições financeiras a possibilidade de reclassificar para categoria de menor risco as operações de crédito rural renegociadas ou prorrogadas.

Antes, todos os produtores rurais que renegociavam suas dívidas eram automaticamente classificados como sendo de alto risco, situação que tornava praticamente impossível a tomada de novos empréstimos. Com a falta de acesso ao crédito por conta da classificação dos riscos e com os limites dos produtores tomados pelo acúmulo de dívidas, fez com que os recursos oficiais programados para a safra 2008/09 sequer fossem emprestados na sua integridade.

Com essa medida do Bacen, os bancos estão autorizados a reverem a classificação de risco dos produ-

Agora o setor espera a aprovação do Fundo Garantidor, medida que ajudará a melhorar o acesso ao crédito

res rurais para a tomada de empréstimos. Somente no Banco do Brasil cerca de 94 mil produtores rurais, que hoje estão com os riscos aumentados e não conseguem acessar a novos financiamentos, terão a situação alterada, o que vai fazer com que eles tenham acesso aos empréstimos para o plantio da próxima safra de verão.

Os agentes financeiros têm agora uma autorização do Banco Central para que, com base no cadastro e no histórico de cada produtor, possa fazer esse ajuste na metodologia de classificação do risco. É essa a expectativa da FAEP, segundo o Coordenador do Departamento Técnico e Econômico, Pedro Loyola. "Esperamos que os agentes financeiros atendam a regra estabelecida pelo Bacen e com isso um número maior de produtores rurais tenha condições

de operar com o crédito rural divulgado no Plano Agrícola 2009/10", explicou.

Agora o setor espera a aprovação do Fundo Garantidor, medida que ajudará a melhorar o acesso ao crédito e que governo mude com urgência as regras de acesso à renegociação das dívidas rurais de 2009. "Não adianta anunciar o Plano Safra sem que o produtor tenha condições de tomar os recursos porque as contas da safra passada não foram pagas integralmente com as perdas de mais de 6 milhões de toneladas de grãos devido à seca e geadas", conclui.

Vale ressaltar que o pedido de mudança na classificação de risco do produtor nos agentes financeiros consta das Propostas da CNA e OCB para o Plano Agrícola e Pecuário – PAP 2009/10, da qual a FAEP participou ativamente.

PROFISSIONALIZAÇÃO

Francisco Beltrão promove a 3ª Via Tecnológica do Leite

Foi realizada de 17 a 20 de junho em Francisco Beltrão a 3ª Via Tecnológica do Leite com foco na gestão da atividade leiteira visando a profissionalização dos produtores da região. A FAEP e o SENAR-PR participaram do evento. Os palestrantes foram Maria Sílvia Digiovani, Pedro Frâncio, e Marcelo Resende.

Além de apresentar grande bacia leiteira e vários cultivos agrícolas, com bons resultados nessa área, os palestrantes levantaram a necessidade do proprietário rural integrar essas atividades incorporando o componente florestal como uma ótima alternativa de renda. Segundo Pedro Frâncio, os sistemas agrossilvipastoris tornam-se a partir de então a grande solução para se produzir com eficiência e qualidade, além da sustentabilidade e ótimos rendimentos resultantes da integração.



OPINIÃO

Nilson Hanke Camargo

Nilson Hanke Camargo é engenheiro-agrônomo da FAEP

Gargalo ferroviário – qual a melhor solução?

A malha ferroviária do Paraná é constituída de 2.250 km, explorada sob concessão da ALL, e 248 km construídos pelo Estado, hoje administrada e explorada pela Ferroeste.

Na última década, apenas 30% dos produtos agropecuários foram transportados pelo modal ferroviário, sen-

mas obras ferroviárias consideradas como urgentes nos investimentos em infraestrutura do Estado, objetivando estancar a sangria da renda do produtor com os gastos no transporte de sua produção. Essas prioridades foram definidas com base na análise dos principais gargalos para escoamento das safras,

anualmente cada vez mais onerosas ao produtor.

Na questão ferroviária, o gargalo elencado como prioritário é o trecho entre Guarapuava e Irati, cujo traçado com curvas, aclives e declives excessivos

e acentuados, limita a velocidade e o tamanho das composições. Passagem de grande volume de cargas agropecuárias com origem no Paraná e outros Estados, destinadas às indústrias, consumo interno e exportação, deixa no caminho valor expressivo da receita no sentido oeste/leste e aumento significativo nos custos dos insumos no sentido leste/oeste, para

o interior do Estado.

Desde o ano de 2005, para solução desse problema vem sendo cogitado por algumas entidades representativas de classes a construção de um ramal com cerca de 140 km entre Guarapuava e Ipiranga, desviando aquele gargalo e se interligando com a Ferrovia Central do Paraná.

Profissionais especialistas da área ferroviária admitem também como alternativa tão-somente a correção dos trechos críticos do traçado existente, cujo custo e tempo de obras seriam muito menores e mais viáveis.

Atualmente, a Ferroeste elegeu como solução a construção de um traçado novo entre Guarapuava e se estendendo até Paranaguá, com 365 km e custo estimado em R\$ 985 milhões.

Considerando que em qualquer projeto de investimento, independente do seu porte, é indispensável um estudo inicial que indique a viabilidade técnica, ambiental, econômica, financeira e social, a FAEP se mantém cautelosa no apoio a qualquer das alternativas apresentadas, pois nenhuma delas se baseia num estudo indispensável como esse.

Há 15 anos não ocorrem investimentos em novos trechos no Paraná



do a maior parte pelo rodoviário e um irrisório percentual pelo modal hidroviário.

Há 15 anos não ocorrem investimentos em novos trechos no Paraná, embora o uso do modal ferroviário seja mundialmente reconhecido como o mais viável para transporte de cargas, principalmente.

Em 2004, a FAEP priorizou algu-



NO PARAGUAI

Encontro internacional discute controle da febre aftosa

Por Fabrício Monteiro e Celso Doliveira, do DTE/FAEP



A Conferência Mundial Sobre Febre Aftosa, organizada pela OIE (Organização Mundial de Saúde Animal) aconteceu em Assunção, no Paraguai, durante os dias 24 e 26 de junho. O objetivo da conferência foi discutir novas políticas e ações nacionais e regionais para o controle mundial da doença.

Atualmente existem 70 países livres da doença e mais de 100 que não estão livres. A doença tem importância em função da repercussão econômica e social para as cadeias produtivas da carne e do leite. Não afeta apenas grandes produtores e países exportadores, mas também pequenos produtores de países em desenvolvimento que ficam fora do mercado. Durante os debates ficou claro que os países livres da febre aftosa devem ajudar os em desenvolvimento que estão infectados. Principalmente para contribuir na redução da pobreza e proteção de seus territórios contra a reintrodução do vírus.

Para o controle global da doença é importante o desenvolvimento de vacinas de qualidade, compatíveis com as variedades de vírus presentes em cada região. Os participantes discutiram a importância da adoção de um programa de controle progressivo de longo prazo, baseado em planos regionais que priorizem a vigilância, vacinação e métodos precisos e rápidos de diagnóstico.

A Conferência identificou que apenas estratégias nacionais não são eficazes para o controle da doença. A reintrodução da doença, através das fronteiras em função do comércio de animais e seus produtos, e da movimentação de pessoas e veículos, pode facilmente acontecer.

Durante a Conferência especialistas debateram a utilização de métodos de epidemiologia participativa para vigilância da febre aftosa. Com esta ferramenta busca-se uma intensificação dos esforços em comunicação e campanhas de cons-

cientização de todos os participantes da cadeia produtiva.

A conferência reconheceu também que em qualquer programa de erradicação da doença a colaboração público/privada deve ser priorizada para se obter bons resultados. Nesse contexto, os Conselhos Municipais de Sanidade Agropecuária (CSA) assumem um papel fundamental na luta contra a doença. O conceito de combate "Global" foi mencionado para definir a estratégia onde o combate global a doença não pode ignorar as características locais.

Cada região possui um sistema de produção e estrutura de defesa próprios, e as campanhas de combate devem levar em consideração estas características. A harmonização das ações locais com os planos nacionais, regionais e continentais tem demonstrado eficiência na erradicação gradativa da doença.

A doença ainda preocupa na América do Sul em alguns países como Bolívia, Equador e Venezuela. Os focos continuam surgindo e representam um perigo para os países exportadores do Mercosul, apesar do Plano Hemisférico de Erradicação da Febre Aftosa (PHEFA). Na Ásia, África e Europa Oriental a doença avança exigindo apoio internacional e representa um grande desafio para os planos de erradicação.

A meta de erradicação global da Febre Aftosa até 2020 é um importante desafio. Este desafio só será vencido com a colaboração entre os países, o comprometimento dos governos e a participação da comunidade.

Atualmente existem 70 países livres da doença e mais de 100 que não estão livres

(Participaram do evento em Assunção o presidente da Comissão de Bovinocultura de Leite da FAEP, Ronei Volpi; o assessor da entidade, Antonio Leonel Poloni; e os médicos veterinários do DTE/FAEP, Fabrício Monteiro e Celso Doliveira).

FRANÇA-BRASIL

Cuisine française com toque paranaense

Em comemoração ao ano da França no Brasil, Curitiba, Maringá e Foz do Iguaçu receberão o Festival Gastronômico Francês, que será realizado entre os dias 13 e 18 de julho, por iniciativa da parceria entre o SENAC-PR e SENAR-PR. Está confirmada a presença do chef francês Francis Carcel, que vem ao Brasil exclusivamente para o festival.

O cardápio será composto por cinco pratos da tradicional culinária francesa. E a cada prato um vinho francês fará a harmonização, o que tornará o jantar mais charmoso. O festival terá um toque de Brasil, produtos como tilápia, frutas tropicais e queijos produzidos no Paraná terão presença garantida. Um dos objetivos do festival é promover a agricultura e os produtores do estado.

O chef Francis Carcel vem para transmitir a sua longa experiência aos alunos do SENAC, que terão a oportunidade de conhecer um chef internacional e ainda ampliar seus conhecimentos sobre a culinária francesa. Carcel ministrará palestras sobre hotelaria e turismo para profissionais da área de hotelaria e turismo nas três cidades onde o evento acontecerá.

Palestra-show – Os alunos do curso de cozinheiro do SENAC poderão assistir o chef Carcel preparando pratos da cozinha francesa. As pa-



Boeuf gaulois, um dos pratos típicos da culinária francesa

lestras serão realizadas nos restaurantes-escola no dia 8 de julho em Curitiba, 15 de julho em Maringá, e 16 de julho em Foz do Iguaçu. As vagas são limitadas e as inscrições são gratuitas.

Datas dos jantares

Curitiba: 13 a 17 de julho no restaurante-escola do SENAC, Rua André de Barros, 750 2º andar.

Maringá: 16 e 17 de julho, no restaurante-escola do SENAC, Avenida Colombo, 6213.

Foz do Iguaçu: 17 e 18 de julho, no restaurante-escola do SENAC, Rua João Rouver, 64

Cerro Azul realiza maior festa da laranja do Brasil

O município de Cerro Azul realizou nos dias 11 e 14 de junho a 44ª festa da Laranja e a 16ª Exponkan. As comemorações ganham a cada ano mais proporção de público e qualidade. Para animar o evento a dupla Milionário e José Rico fez um show emocionante para os visitantes. O evento serviu para promover os produtos que fazem do Vale da Ribeira o maior produtor de cítricos do Brasil.



MÃO-DE-OBRA

Ubiratã realiza curso de Artesanato de fibra de bananeira



O Sindicato Rural de Ubiratã realizou entre os dias 03 a 19 de junho na comunidade São João o curso de Cestaria e Traçados Artesanato em Taboa e Fibra de Bananeira. Foi ministrado pelo ins-

trutor do SENAR-PR Mario Natário Filho, da cidade de São Jorge do Patrocínio. Segundo o instrutor, o curso tem como objetivo criar mão-de-obra especializada para melhorar a qualidade de vida e desenvolver técnicas de trançados em taboa e fibra de bananeira para a elaboração de objetos utilitários ou artesanais.

Durante o curso as participantes estudaram a parte teórica, tratando de assuntos como histórico do artesanato em taboa e fibra de bananeira; escolha do material a ser utilizado; técnica da confecção da trança; ferramenta correta; responsabilidade social e ambiental e outros. Vale lembrar que cada participante teve a oportunidade de fazer seus artesanatos e levar para casa. Os cursos que o Sindicato mobiliza são disponibilizados pelo Sistema FAEP.

TIBAGI

SENAR-PR promove curso de Operação de Implementos

Sindicato Rural de Tibagi realizou no dia 27 de junho curso de Operação de Implementos - Semeadeira e Plantadeira com o instrutor José Augusto Adaghinari Olzewski, do SENAR-PR. 15 pessoas participaram do curso, onde aprenderam sobre normas de segurança na operação de tratores agrícolas, ajuste da bitola e alinhamento das rodas, lastreamento (líquido e com contrapesos) – índice de patinagem, acoplamento – sistema hidráulico, TDF e barra de tração, semeadeira e plantadeira, manutenção preventiva e lubrificação, regulagem e operação dos implementos agrícolas.

O participante Marceu de Souza comenta que foi a sua terceira participação nos cursos do SENAR-PR, e sempre trabalhou com máquinas agrícolas. Ele disse que com atualização de treinamentos vai melhorar o desempenho no seu dia-a-dia. E recomenda a todos a participar porque terão bons resultados pela qualidade dos cursos.



AGROTÓXICOS

Em Tibagi curso reúne 11 trabalhadores rurais



Sindicato Rural de Tibagi e o SENAR-PR realizaram o curso de aplicação de agrotóxicos de 8 a 10 de junho e contou com a participação de 11 trabalhadores rurais. O instrutor do SENAR-PR, Edson Marcio Siqueira, trabalhou temas como apresentação e manuseio de equipamentos, cuidados com o pulverizador, calibragem entre outros.

O Sindicato, juntamente com a Master Agrobusiness Produtos Agrícolas, apresentou alguns dos temas como manuseio do equipa-

mento; cuidados gerais na pulverização; revisão e lavagem do pulverizador; calibragem; preparo da calda; uso de EPI.

O representante da Master, engenheiro agrônomo Mario Gans, classificou o encontro como muito proveitoso. “As técnicas e produtos que apresentamos minimizam as perdas que ocorrem nas aplicações dos agrotóxicos, melhorando o desempenho das máquinas e colaborando para um menor impacto ambiental”, afirmou.

BOVINOCULTURA

Encontro Regional de Leite



Acontece em Matelândia o Encontro Regional do Leite, o evento pretende reunir 800 pessoas, entre produtores de leite, técnicos, estudantes, empresários e outros envolvidos no setor. Destaque para a palestra “Tendências e Mercado do Leite” - da engenheira agrônoma da FAEP Maria Silvia Di-giovani.

NR 31

Aplicação de agrotóxicos



O Sindicato Rural de Mariluz, em parceria com o SENAR-PR e a Prefeitura Municipal, realizou nos dias 08, 09 e 10 de junho o curso Aplicação de Agrotóxicos Tratorizado. Os participantes receberam orientações de como aplicar de forma precisa os agrotóxicos. O curso faz parte da Norma Regulamentadora 31, que trata da segurança do trabalhador rural.

CONHECENDO A MÁQUINA

Curso de tratorista



Sindicato Rural de Tibagi realizou curso de tratorista dias 17 e 18 de junho com instrutor do SENAR-PR Rodrigo Barros. 10 pessoas participaram do curso, em que conheceram a máquina que estão trabalhando no dia-a-dia. O curso desenvolveu a manutenção, regulagens e normas de segurança no trabalho.

O participante Luís Carlos de Oliveira disse que é importante conhecer as manutenções do trator e que trabalha com trator há bastante tempo mas não sabia dos cuidados de segurança que tem de ter no dia-dia de trabalho. “É muito importante para o operador se atualizar e aprender sobre as manutenções da máquina que trabalha”, afirmou.

PINHÃO E JANDAIA DO SUL

SENAR-PR promove curso de Aplicação de Agrotóxicos-Tratorizado



como fazer a revisão e conservação do equipamento de proteção individual (EPI), preparo da calda. Também discutiram sobre a Norma Regulamentadora 31 (NR 31), a tríplice lavagem e a destinação de final das embalagens de agrotóxico.

Jandaia do Sul - Curso de aplicação de agrotóxicos - tratorizado de barras e costal manual (NR 31) foi realizado nos dias 15/16/17 de junho nas dependências do Sindicato Rural de Jandaia do Sul, tendo como instrutor Aeslandio Antonio Figueira, com a participação de 14 pessoas.

O Sindicato Rural de Pinhão realizou no dia 17 de junho o Curso de Aplicação de Agrotóxico-Tratorizado em parceria com o SENAR-PR e a Coamo Agroindustrial Cooperativa. Segundo Jean Marcelo, mobilizador do SENAR-PR em Pinhão, o curso foi desenvolvido para fazer aplicação de agrotóxico com pulverizador de barras de forma precisa e consciente.

Os participantes tiveram a oportunidade de manusear o equipamento, além ter acesso aos conteúdos,



FEIRA DE CIÊNCIAS

JAA de Cornélio Procópio divulga serviços em Sertaneja



O grupo Jovens Agricultores Aprendizes de Cornélio Procópio participou da feira de Ciências Tecnológicas e Profissões no Colégio Estadual Cecília Meireles, em Sertaneja.

No evento realizado nos dias 18 e 19 de junho, os alunos confeccionaram cartolinas e material de apoio com a intenção de divulgar os serviços da FAEP e do SENAR-PR. Entidades como SENAC, SEBRAE, SESC, UNOPAR, UFPR e outras também colaboraram para o sucesso da feira.

CASTRO

Jovens Agricultores Aprendizes em ação



No mês de junho o JAA esteve ativo na cidade de Castro. No dia 9 alunos da turma da Escola Estadual Castrolanda visitaram o Centro de Trei-

namento para Pecuáristas (CTP). Lá aprenderam sobre práticas de manejo e sanidade do gado leiteiro. Destaque para a vacinação, desvermi-

nação e descórnea. No encontro os alunos também conheceram novas técnicas de produção de leite e se notificaram da importância da mão de obra qualificada.

No dia 23 os alunos da turma do JAA do Colégio Estadual Maria Aparecida Nisgoski realizaram visita ao Colégio Agrícola Instituto Cristão. Foram ministrados temas como gerenciamento do gado leiteiro e suíno. Além disso, aprenderam técnicas da criação de animais em pequena propriedade, como: a avicultura de postura, criação do coelho, de ovelhas e cabras de leite.



JOVENS AGRICULTORES APRENDIZES

Encontro da Juventude Rural de Ipiranga

No dia 30 de maio foi realizado o Encontro da Juventude Rural Ipiranguense. O instrutor do SENAR-PR Sérgio Krepki, juntamente com as suas turmas de jovens agricultores aprendizes (JAA), preparou para o evento o tema Água X Meio Ambiente.

De maneira descontraída e criativa temas como água, mata ciliar, poluição, compromisso, conscientiza-

ção e futuras gerações, foram apresentados aos alunos do Colégio Estadual Doutor Claudino dos Santos.

O Encontro teve apoio da Prefeitura Municipal e apresentou como maior objetivo mostrar à importância de cuidar da natureza as pessoas que moram na comunidade. No final todos os jovens receberam mudas nativas para plantarem em suas propriedades.



POSSE

Pranchita

No dia 20 de junho David Nestor Canzi tomou posse da presidência do Sindicato Rural de Pranchita, para o triênio 2009/2012. Como vice-presidentes assumiram Ademar Valdir Lange e Elirio Fedrigo.

Iporã

No último dia 27 de junho Antônio Salvador tomou posse da presidência do Sindicato Rural de Iporã. Edamir Jair Salvador, Edamir Pangoni e José Pelegrini Pangoni assumem como vice-presidentes.

Assis Chateaubriand

Moacir Micheletto tomou posse, no dia 20 de junho, da presidência do Sindicato Rural de Assis Chateaubriand, para o triênio 2009/2012. Valdemar da Silva Melato assumiu como vice-presidente e Ademar Collu como secretário do sindicato.

JURÍDICO

Marcia Rodacoski

Marcia Rodacoski é advogada e consultora da Federação da Agricultura do Paraná -
marcia_rodacoski@uol.com.br

O Valor da Terra Nua para efeito de incidência do ITR

O Valor da Terra Nua (VTN) é o valor de mercado do imóvel, excluídos os valores relativos a construções, culturas e florestas plantadas, de acordo com a Lei nº 9393/96. Com base no VTN resulta o cálculo do Imposto Territorial Rural. O órgão oficial pelo estudo do VTN no Estado do Paraná é a Secretaria da Agricultura do Paraná (SEAB), e é pesquisado uma vez a cada 12 meses. A base são as cotações da terra nua constatadas nos meses de janeiro, em todos os municípios paranaenses. Esses valores devem ser utilizados apenas como uma referência de preços de mercado em cada município.

Desde a edição da Lei nº 9.393/96 a apuração e o pagamento do ITR é atribuição do contribuinte, nos prazos e condições estabelecidos pela Secretaria da Receita Federal, sujeitando-se a homologação posterior. Assim sendo, o VTN para os efeitos de apuração do ITR, é informação de total responsabilidade do contribuinte, sempre se referindo ao valor de mercado no dia 1º de janeiro do exercício. Caso fique comprovada a subavaliação ou prestação de informações inexatas, o declarante fica responsável pelo pagamento da diferença do imposto correspondente, além de juros e multa.

A Instrução Normativa SRF 256/02, ao dispor sobre normas de tributação relativas ao Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural, em especial nas incorretas ou fraudulentas, determina que a SRF proceda à determinação e ao lançamento de ofício do imposto, considerando as informações sobre preços de terras constantes em sistema por ela instituído, sob a denominação de Sistema de Preços de Terras - SIPT,

com base nos levantamentos realizados pelas Secretarias de Agricultura. Este sistema por vezes desorienta o contribuinte e o torna vulnerável a penalidades como juros e multas, se o VTN atribuído não for compatível com o do SIPT.

Em eventual defesa administrativa tributária em que se discute o VTN, impõe-se ao contribuinte apresentar elementos de convicção que justifiquem valor menor. De acordo com a Delegacia da Receita Federal de Julgamento, vinculada ao Ministério da Fazenda, o lançamento que tenha alterado o VTN declarado, utilizando valores de terras constantes do SIPT, é passível de modificação, desde que oferecidos elementos de convicção, embasados em Laudo Técnico elaborado em consonância com as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT.

O seguinte julgamento administrativo proferido pelo Ministério da Fazenda (Acórdão nº 04-17132, 20/03/2009) admite a impugnação, desde que fundamentada: "EMENTA: VTN A apuração do valor da terra nua efetuada pela Autoridade fiscal de conformidade com as normas legais e regulamentares somente pode ser alterada pelo contribuinte se apresentado Laudo Técnico elaborado de acordo com as normas da ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas."

Por sua vez, a definição de valor de mercado, segundo a ABNT NBR é a "quantia mais provável pela qual se negociaria voluntariamente e conscientemente um bem, numa data de referência, dentro das condições de mercado vigentes". Trata-se, portanto, de valor passível de discussão, de acordo com as tendências mercadológicas.



FEDERAÇÃO DA AGRICULTURA DO ESTADO DO PARANÁ

Av. Marechal Deodoro, 450 - 14º andar
Cep 80010-010 - Curitiba - Paraná
Fone: 41 2169-7988 Fax: 41 3323-2124
email: faep@faep.com.br - site: www.faep.com.br

Presidente:

Ágide Meneguette

Vice-Presidentes

Moacir Micheletto
Guerino Guandalini
Nelson Teodoro de Oliveira
Francisco Carlos do Nascimento
Ivo Polo
Ivo Pierin Júnior

Diretores Secretários

Livaldo Gemin
Pedro Paulo de Mello

Diretores Financeiros

João Luiz Rodrigues Biscaia
Paulo José Buso Júnior

Conselho Fiscal

Sebastião Olímpio Santarozza
Luiz de Oliveira Netto
Lauro Lopes

Delegados Representantes

Ágide Meneguette, João Luiz Rodrigues Biscaia,
Francisco Carlos do Nascimento, Renato Antônio Fontana



SENAR - Administração Regional do Estado do Paraná
Av. Marechal Deodoro, 450 - 16º andar
Cep 80010-010 - Curitiba - Paraná
Fone: 41 2106-0401 - Fax: 41 3323-1779
e-mail: senarpr@senarpr.org.br
site: www.senarpr.org.br

Conselho Administrativo

Presidente

Ágide Meneguette - FAEP

Membros Efetivos

Ademir Mueller - FETAEP
Rosanne Curi Zarattini - SENAR AC
Darci Piana - FECOMÉRCIO
Wilson Thiesen - OCEPAR

Conselho Fiscal - Membros Efetivos

Sebastião Olímpio Santarozza
Luiz de Oliveira Netto
Jairo Correa de Almeida

Superintendência

Ronei Volpi

BOLETIM Informativo

Jornalista responsável:

Paulo R. Domingues (DRT-PR 1512)
Marcos Tosi (redator)
Cynthia Calderon (redatora)
imprensa@faep.com.br

Publicação semanal editada pelas
Assessorias de Comunicação Social (ACS) da FAEP e SENAR-PR
Permitida a reprodução total ou parcial. Pede-se citar a fonte.

REFINANCIAMENTO

Prorrogado prazo para renegociação

Produtores têm até o dia 30 de setembro para renegociar

O prazo para os produtores rurais com débitos inscritos em Dívida Ativa da União refinanciarem suas pendências e efetuarem o pagamento da primeira parcela foi prorrogado de 30 de junho para 30 de setembro.

A decisão foi publicada no artigo XII, da lei 11.960 do Diário Oficial da União desta terça, dia 30, que traz a alteração do inciso II do art. 8. da lei no 11.775, de 17 de setembro de 2008.

O pedido de renegociação tem de ser formulado junto à central de atendimento do Banco do Brasil pelos telefones 4003-0494 (capitais e regiões metropolitanas) e 0800-880-0494 (demais localidades).

Para quem for liquidar totalmente a dívida, a solicitação pode ser feita nas unidades estaduais da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional e o prazo para pagamento do saldo devedor total é 30 de dezembro.



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DO PARANÁ

RECURSO EM COBRANÇA DE CONTRIBUIÇÃO SINDICAL - TRT-PR-79068-2006-073-09-00-6 (RCCS)

RECORRENTES: CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA AGRICULTURA, FEDERAÇÃO DA AGRICULTURA DO ESTADO DO PARANÁ - FAEP e SINDICATO RURAL DE PITANGA

RECORRIDO: A. F. L.

RELATOR: ARCHIMEDES CASTRO CAMPOS JÚNIOR

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de **RECURSO EM COBRANÇA DE CONTRIBUIÇÃO SINDICAL**, provenientes da **MM. VARA DO TRABALHO DE IVAIPORÃ - PR**, sendo recorrentes **CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA AGRICULTURA, FEDERAÇÃO DA AGRICULTURA DO ESTADO DO PARANÁ - FAEP e SINDICATO RURAL DE PITANGA** (autores) e recorrido **A. F. L.**

I. RELATÓRIO

Inconformados com a r. sentença de fls. 211/216, que analisou o mérito da controvérsia em virtude da decisão proferida no v. acórdão de fls. 201/207, que afastou a extinção do processo sem resolução do mérito determinada pela r. decisão de fls. 161/167, recorrem os autores a este E. Tribunal.

A parte autoras recorrem postulando a modificação do decism primeiro no tocante aos seguintes itens: a) Artigo 600 da CLT; e b) Honorários advocatícios- necessidade de majoração (fls. 219/227).

Embora devidamente notificada, a parte contrária não apresentou suas contra-razões.

Autos não enviados à douta Procuradoria Regional do Trabalho, visto que os interesses em causa não justificam a intervenção do Ministério Público nesta oportunidade (Lei Complementar 75/93), a teor do artigo 44 da Consolidação

dos Provimentos da Corregedoria Geral da Justiça do Trabalho. É o relatório.

CONCLUSÃO

Isto posto,

ACORDAM os Juízes da 3ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região, por unanimidade de votos, **CONHECER DO RECURSO EM COBRANÇA DE CONTRIBUIÇÃO SINDICAL** das partes; no mérito, por igual votação, **DAR PROVIMENTO PARCIAL** ao recurso em cobrança de contribuição sindical das partes autoras para, nos termos da fundamentação: a) determinar sejam observados os encargos previstos no art. 600 da CLT, limitado ao valor da obrigação principal e b) majorar a verba honorária, no importe de 15% sobre o valor da causa, observado o pedido inicial.

Custas inalteradas.
Intimem-se.

Curitiba, 1 de abril de 2009.

ARCHIMEDES CASTRO CAMPOS JÚNIOR
RELATOR

*O texto completo deste acórdão poderá ser acessado no boletim 1057 pelo site www.faep.com.br

ARTIGO

Xico Graziano

Xico Graziano, agrônomo, é secretário do Meio Ambiente do Estado de São Paulo. - Texto disponível no site www.xicograziano.com.br

Mestre da genética

Nativos do México, os parentes selvagens do milho em muito diferem das atuais plantas do amarelo cereal. A domesticação das espécies altera os desígnios naturais da evolução. Isso se chama melhoramento genético.

Gramínea como qualquer capim, o milho original continha múltiplas e pequenas espigas, com surrados grãos. A cada colheita, porém, os agricultores pré-colombianos guardavam os mais vistosos bagos para servir de semente no próximo plantio. Em milhares de anos, o cereal se transformou pela seleção genética. Cresceu o sabugo.

Em todo o mundo, desde o surgimento da agricultura, centenas de espécies vegetais e animais foram sendo domesticadas e adaptadas, provando o mecanismo da evolução. Trigo, aveia e cevada, ovelhas e bovinos se encontram entre as primeiras conquistas da agropecuária. Nenhum deles, hoje, reconheceria seus antepassados.

Mas apenas em 1865 o inglês Gregor Mendel descobre o mecanismo da hereditariedade, criando as bases da moderna genética. Cruzando espécies distintas de ervilhas, ele percebeu que existiam, na descendência delas, traços dominantes e traços recessivos. A partir daí, formulou sua famosa teoria.

Cerca de 40 anos depois, o professor T. Morgan, também inglês, complementa a teoria descrevendo a função dos cromossomos e sua relação com os genes. Outras três décadas são necessárias para o norte-americano George Beadle mostrar como os genes, por meio das enzimas, comandam quimicamente as células. Finalmente, em 1953, a dupla Crick e J. Watson - aquele, inglês, e este, norte-americano - apresentou a maior das descobertas: a estrutura molecular do DNA, o ácido desoxirribonucleico. Núcleo da vida.

A partir daí, o melhoramento genético deslança na agricultura. Na década de 1970, os cientistas da agronomia, comandados por Norman Borlaug, proclamaram a "revolução verde". A produtividade das

lavouras e das criações cresce enormemente, desmentindo a alarmante predição da fome malthusiana. A tragédia agora reside na insuficiente renda das pessoas, não na fraqueza na produção de alimentos. Graças à agronomia.

História clássica da genética na agropecuária. Conhecendo os mecanismos da reprodução, os pesquisadores foram realizando cruzamentos direcionados, destacando características positivas das espécies. Por exemplo, frutas temperadas, como a uva, gostam de frio. O melhoramento genético, todavia, conseguiu aprimorar variedades tolerantes ao calor. Resultado: hoje se produz uva de excelente qualidade no quente oeste paulista tanto quanto no árido Nordeste brasileiro. Há 30 anos, quem quisesse chupar uva fina dependia de importações - a "uva Itália". Agora, de todas as cores e doçuras possíveis, a fruta se colhe por aqui mesmo. Baga brasileira.

O mesmo processo de melhoramento genético foi capaz de adaptar o cultivo da soja no Brasil. Oriunda da China, sua planta nativa florescia bem no frio. Entretanto, pesquisas realizadas, primeiro no Instituto Agrônomo de Campinas (IAC) e depois na Embrapa, alteraram tal exigência, desenvolvendo variedades de soja adaptadas às regiões tropicais. Soja calorenta.

No ramo animal, nada mais ilustrativo que apontar as vantagens do melhoramento genético nas aves. Há poucas décadas, um frango demorava quatro meses para chegar à mesa. E precisava de muita lenha para amaciar sua carne. Assado no forno, então, nem pensar, endurecia qual pedra. Frango se comia ensopado na panela. E galinha velha virava canja.

Hoje, com apenas 47 dias de nascidos, bem pesados, milhões de frangos se abatem diariamente nos frigoríficos. Macio e barato, a população adora o fofo frango assado daquelas "televisões de cachorro" ou aprecia um peito de carne branca à milanesa. Frango caipira tornou-se comida excêntrica. Graças à melhoria genética

das raças, mudou tudo no galinheiro.

Exemplos não faltam para comprovar as modificações genéticas obtidas, graças ao melhoramento, pela reprodução sexual. Essa história feliz da agronomia, entretanto, por incrível que pareça, já começa a fazer parte do passado. Acontece que o surpreendente avanço da ciência, ao inventar a engenharia genética na década de 1980, turbinou a biotecnologia. Surge o produto transgênico.

A nova tecnologia permite que os cientistas transfiram características genéticas sem mais necessitar do cruzamento sexual. Misturam-se genes interessantes de uma bactéria, por exemplo, no genoma de uma planta superior. Algo impensável no melhoramento clássico se permite na revolução genômica, abrindo fronteiras do futuro no campo.

Faleceu recentemente, aos 81 anos de idade, o agrônomo Ernesto Paterniani, pioneiro e protagonista da genética nacional. Filho de imigrantes italianos, o querido professor da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (Esalq-USP) lecionou, pesquisou e amou a seleção genética como ninguém, especialmente dedicada ao melhoramento do milho. Um mestre da genética.

Membro da Academia Brasileira de Ciências, o doutor Paterniani defendia apaixonadamente a engenharia genética. Ele sabia que, ao romper a barreira natural das espécies, a engenharia genética desperta inquietações científicas e éticas, típicas das grandes descobertas científicas.

Afirmava, todavia, que o temor dos produtos transgênicos, plenamente justificável, somente seria vencido pela luz da ciência, nunca pela negação da transgenia. E propunha maiores investimentos na pesquisa governamental, para garantir o domínio público e a segurança da biotecnologia. Combatia duramente o obscurantismo.

Sócrates disse que os sábios conhecem os limites da própria ignorância. Grandes cientistas, como Ernesto Paterniani, não sossegam. Morrem trabalhando.

PREVIDÊNCIA

João Cândido de Oliveira Neto

Consultor de Previdência Social da FAEP

Perguntas e respostas

(Continuação das perguntas publicadas no Boletim 1055)

8 – O Fator Acidentário de Prevenção – FAT, está relacionado com o Perfil Profissiográfico, Nexo Epidemiológico?

R. – Sim. O FAT embora neste momento não venha a ser utilizado como mecanismo para aumentar ou diminuir as alíquotas de contribuição que servem para financiar o Seguro de Acidente de Trabalho – SAT, na área rural, considerando a forma substitutiva de contribuição utilizada (1% sobre o valor bruto da comercialização agropecuária), o Perfil Profissiográfico e o Nexo Epidemiológico estão relacionados, porque fornecem elementos necessários para aplicação do Fator de Acidente do Trabalho.

9 – Por que ele não será aplicado, no momento, para o segmento produtivo rural?

R. – O FAT foi criado pela Lei n.º 10.666, de 8 de maio de 2003, e possibilita a redução ou majoração da contribuição, recolhida pelas empresas, destinada ao financiamento dos benefícios concedidos em razão do grau de incidência de incapacidade laborativa decorrente dos riscos ambientais do trabalho. Em seu artigo 10 prescreve que as alíquotas de 1%, 2% ou 3%, por empresa, poderão variar entre a metade e o dobro, de acordo com a metodologia aprovada pelo Conselho Nacional de Previdência Social-

CNPS. Assim, como o empregador rural, pessoa física e jurídica, recolhe a contribuição com alíquota única de 1% incidente sobre o valor bruto da comercialização agropecuária, substitutiva às prescritas para as empresas, neste primeiro momento não será aplicado. Entretanto os dados que serão utilizados para cálculos dos índices de frequência, de gravidade e de custos, inicialmente para as empresas industriais e comerciais, poderão a qualquer tempo ser utilizados para o segmento produtivo rural considerando as definições estruturantes definidas pela Resolução n.º 1.308, de 27 de maio de 2009.

10 – Então o baixo índice de acidentes de trabalho poderá diminuir a alíquota de contribuição.

R. – Sim. O cálculo do Fator Previdenciário – FAT vai levar em consideração o total de acidentes por empresa, com atribuição de pesos diferentes. Por exemplo, a pensão por morte e aposentadoria por invalidez, têm peso maior do que os registros de auxílio-doença e auxílio-acidente. As empresas com óbitos ou invalidez permanente não receberão os bônus do FAP. Mas se houver investimento comprovado em melhoria na segurança do trabalho, com acompanhamento dos sindicatos dos trabalhadores e dos empregadores, a

bonificação poderá ser mantida.

11 – Qual medida poderá o INSS tomar contra os empregadores que não cumprem as normas de segurança e saúde do trabalhador?

R. – O artigo 120, da Lei n.º 8.213/91, estabelece que nos casos de negligência quanto as normas padrão de segurança e higiene do trabalho, indicados para a proteção individual e coletiva do trabalhador, a previdência social proporá AÇÃO REGRESSIVA contra os responsáveis. Assim a AGU através da Procuradoria Geral da União vem ajuizando ações regressivas contra responsáveis pelo acidente ocorrido com o trabalhador. Fundamenta-se na premissa de que os danos gerados pelo empregador ao INSS em eventos de acidente de trabalho, não podem e não devem ser suportados por toda a sociedade, visto a ação ilícita de quem não cumpre com as normas do ambiente de trabalho. Portanto recomendamos aos produtores rurais que utilizam mão de obra assalariada, a atenção às normas de segurança e saúde do trabalhador contidas na NR 31, bem como aquelas aqui abordadas e que dizem respeito ao Perfil Profissiográfico Previdenciário e Nexo Técnico Epidemiológico, exigidos pelo INSS.

JAA TAMBOARA

V Conferência dos Direitos da Criança e do Adolescente



Alunos do JAA juntamente com a instrutora do SENAR-PR Maria Cecília S. Rodrigues participaram no dia 23 de junho da V Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente. O evento realizado na cidade de Tamboara abordou o

tema construindo diretrizes da política e do plano decenal.

O objetivo foi conscientizar os jovens a fazer valer o direito da criança e do adolescente. Para isso eles desenvolveram projetos para ocupação, desenvolvimento pessoal e pro-

fissional, que serão encaminhados aos fóruns regionais e na seqüência para o fórum estadual de Curitiba.

O aluno do JAA Mateus Luis de Oliveira Peres, foi escolhido suplente para o cargo de delegado da ala jovem do município.

Deu na imprensa



Fúria arrecadadora

Em silêncio e mantido a sete chaves, o Ibama arrecadou em multas ambientais, entre 2007 e 2008, nada menos que R\$ 6,35 bilhões provenientes de 58 mil multas aplicadas em todo o território nacional. Há, ainda, um “estoque” de R\$ 11,7 bilhões de multas a receber, equivalente a oito vezes o orçamento do Ministério do Meio Ambiente no ano passado. . Estão na mira os 500 maiores devedores, que têm R\$ 4,9 bilhões em dívidas ambientais. Os recordistas em dívidas são os Estados do Pará, Mato Grosso e Rondônia. Cabe a pergunta: além de azeitar a própria máquina arrecadadora do Ibama, para onde vai essa montanha de dinheiro? **(Revista Isto É)**

Perpétua



O investidor Barnard Maddof foi condenado a 150 anos de prisão por ter lesado centenas de norte-americanos em R\$ 127 bilhões (US\$ 65 bilhões). Como ele tem 71 anos, sairia da cadeia com 221 anos. Michael Schwartz, um dos lesados, declarou: “eu espero que ele viva o suficiente para fazer de sua cela o seu caixão”.

(The New York Times)

Sem informalidade

Entrou em vigor a Lei Complementar 129, que promete tirar da informalidade milhões de trabalhadores autônomos ou donos de pequenos negócios com até um empregado. Por meio de um taxa mensal de R\$ 50,00, o empreendedor com faturamento de até R\$ 36 mil por ano ganha benefícios como aposentadoria, auxílio-maternidade e contabilidade facilitada. (O Estado de São Paulo) Impostos, impostos...

O sistema de impostos do Brasil tributa mais os contribuintes que têm níveis mais baixos de renda, afirma relatório divulgado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea).

A análise, que tem como base o Sistema de Contas Nacionais do IBGE, estima que famílias com renda de até dois salários mínimos tenham destinado em 2008 até 54% da renda ao pagamento de impostos; famílias com renda acima de 30 salários mínimos, cerca de 29%. Isso significa que os pobres trabalham 190 dias por ano para pagar impostos aos governos e os remediados e ricos 106 dias.

(Dos jornais)

Novo currículo

O Conselho Nacional de Educação (CNE) aprovou, por unanimidade, proposta do Ministério da Educação que promove uma reviravolta no currículo das escolas de ensino médio. Disciplinas tradicionais, como português, matemática e histórica, darão lugar a eixos interdisciplinares. Os alunos terão liberdade para escolher 20% das matérias, e a carga horária vai aumentar das atuais 2.400 horas em três anos (800 por ano) para 3.000 (1.000 por ano).

(O Globo)

Doutorado

O programa de Doutorado em Agronomia da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste), no Campus de Marechal Cândido Rondon, foi reconhecido neste mês pelo Ministério da Educação.

(Agência Estadual de Notícias)

“Qual será a sujeira que estão escondendo debaixo do tapete?” (Do deputado Elio Rusch (DEM) sobre o contrato de dragagem do porto de Paranaguá.

Carne na mesa do brasileiro



Uma pesquisa realizada pela consultoria Boston Consulting Group (BCG) mostra que apesar do consumidor brasileiro afirmar que 55% deve reduzir despesas nos próximos 12 meses, a carne fresca está entre os últimos itens a serem cortados de sua dieta. Esta foi a resposta de 41% dos entrevistados das classes A, B e C1 e de 51% dos pesquisados das classes C2, D e E. Outro produto que também promete resistir à crise e garantir lugar na mesa do brasileiro é o iogurte. No geral, a categoria alimentos é a menos influenciada pela crise, embora haja uma migração para marcas mais baratas. A pesquisa foi feita com 21.800 consumidores de 13 países. No Brasil, 825 pessoas foram entrevistadas.

Congratulação

O senador Osmar Dias enviou cumprimentos ao Sistema FAEP pelas reivindicações feitas pelo presidente Ágide Meneguette em favor dos produtores rurais que foram prejudicados pela seca no Paraná.



Fale conosco

Se você tem eventuais dúvidas sobre questões previdenciárias ou técnicas poderá, além do site (www.faep.com.br), acessar o endereço eletrônico: previdencia@faep.com.br ou os emails pessoais (abaixo de cada resposta), telefonar (41 2169 7988) ou enviar correspondência: (R. Mal. Deodoro, 450 – 14° and CEP 80010-010 – A/C da Comunicação Social)

1) Gostaríamos de obter informações sobre a “doença da Vaca Louca”. (pecuaristas do noroeste)

a) Os primeiros casos da “Doença da Vaca Louca” ocorreram na Europa em 1986. Também foram registrados casos em outros continentes como América do Norte e Ásia.

b) A principal forma de transmissão da “Doença da Vaca Louca” para os bovinos é a ingestão de alimentos elaborados com proteínas e gorduras de origem animal, como farinha de carnes e ossos.

c) No Brasil esta doença nunca ocorreu, porém desde 1996 é proibido o uso de proteína de origem animal na alimentação de ruminantes (bovinos, búfalos, ovinos e caprinos).

d) Além da proibição do uso de proteína animal na alimentação de ruminantes, também é proibido o uso de cama de aviário ou resíduos de suínos na alimentação destes animais.

f) A cama de aviário, além de ser proibida pode conter bactérias, arames, pregos e resíduos de inseticidas e antibióticos, além da possibilidade de causar uma doença chamada botulismo.

g) A cama de aviário pode ser utilizada como adubo desde que passe pelo processo de compostagem para decompor a matéria orgânica antes de ser incorporada no solo.

h) No Brasil é crime federal o uso de cama de aviário e resíduos da exploração de outros animais, como os suínos, na alimentação de ruminantes.

i) Caso você saiba de alguém fornecendo proteína de origem animal para ruminantes denuncie no MAPA pelo telefone 0800 704 1995.

j) A sua participação é importante para manter o Brasil livre desta doença.

O Conselho de Sanidade Agropecuária – CSA de seu município é onde você pode saber mais sobre este assunto. É importante participar das reuniões do CSA em seu município.

2) Qual o salário que devo pagar para meu empregado rural?

(produtor rural do sudoeste)

R. Em que pese a Constituição Federal estabelecer que é competência do governo federal a política salarial no Brasil, o Estado do Paraná, através de legislação própria, estabeleceu um piso salarial para algumas classes de trabalhadores, inclusive, da área rural, onde não existir “Convenção Coletiva de Trabalho”, instrumento firmado entre os Sindicatos patronal e de trabalhadores, estabelecendo além de cláusulas econômicas, as cláusulas de âmbito social. Se existir Convenção Coletiva de Trabalho no Município, o piso salarial é aquele estabelecido na Convenção, não existindo deve ser aplicado o piso salarial estadual que a partir de maio de 2009 é de R\$ 605,52.

Não se pode esquecer que os Sindicatos possuem uma base territorial determinada pela Carta Sindical. A CCT só é válida para o território dos sindicatos que a firmaram.

3) Quais as obrigações que tenho, quando vou registrar um empregado rural?

R. São várias as obrigações. que o empregador assume ao registrar um empregado:

a) pagar salário ao trabalhador até o 5º dia útil do mês seguinte ao trabalhado;

b) pagar salário família ao trabalhador se este tiver filhos menores do que 14 anos;

c) pagar o 13º salário em duas parcelas a 1ª até dia 30 de novembro e a 2ª até o dia 20 de dezembro;

d) a cada período de 12 meses, deve ser concedida férias ao trabalhador, que obrigatoriamente deverá gozar 20 dias e o saldo de 10 dias ele poderá converter em abono pecuniário;

e) mensalmente efetivar o recolhimento da contribuição previdenciária e efetivar o recolhimento do FGTS;

f) no mês de março descontar um dia de salário do trabalhador e recolher no mês seguinte ao sindicato de trabalhadores a título de contribuição sindical;

g) se o trabalhador trabalhar mais do que 8 horas diárias ou 44 horas semanais terá direito ao recebimento de horas extras, com o acréscimo mínimo de 50%, ou o percentual firmado em CCT, devendo neste caso ter em mãos o controle de jornada do trabalhador.

Há ainda as obrigações de cunho social e legal, tais como:

1. cessão da casa ao trabalhador, se for o caso,
2. pagar seguro, se for o caso,
3. fazer a RAIS, anualmente,
4. fornecer os equipamentos de segurança individual EPIS,
5. deixar que o trabalhador participe de cursos e treinamentos obrigatórios pela NR 31 (aplicador de defensivos e de motosserra),
6. Cumprir com as determinações da Norma Regulamentadora 31,
7. determinar que o trabalhador se submeta aos exames médicos (admissional, periódico e demissional),
8. Manterem dia as anotações da Carteira de Trabalho do trabalhador e do livro de registro de empregado.

(Dr. Joarez Cação Ribeiro – Assessor Trabalhista da FAEP)

Email: sindical@faep.com.br

PS. Tem mais: o Congresso discute a redução da jornada de trabalho para 40 horas e o reajuste (de 50% para 75%) no pagamento de horas extras.

(Veja página 7).

Erramos (Edição 1056)

1 - Franke Dijkstra é holandês, radicado em Castrolanda (Castro-PR) e não originário de Guarapuava (Matéria “Ao Pioneiro, Uma medalha”).

2 - José Claudemir Menegon é gerente da Cocamar e não da Coamo, em São Jorge do Ivaí (Matéria “Essa Gente alimenta o Brasil”).

Consecana Paraná divulga projeção e preços da cana-de-açúcar

RESOLUÇÃO Nº 4 - SAFRA 2009/2010

Os Conselheiros do Consecana-Paraná reunidos no dia 25 de Junho de 2.009 na sede da Alcopar, na cidade de Maringá, atendendo os dispositivos disciplinados no Capítulo II do Título II do seu Regulamento, aprovam e divulgam o preço do ATR realizado em Junho de 2.009 e a projeção atualizada do preço da tonelada de cana-de-açúcar básica para a safra de 2009/2010, que passam a vigorar a partir de 01 de Julho de 2.009.

Os preços médios do Kg do ATR, por produto, obtidos no mês de Junho de 2.009 conforme levantamento efetuado pelo Departamento de Economia Rural e Extensão da Universidade Federal do Paraná, são apresentados a seguir:

PREÇO DO ATR REALIZADO EM JUNHO / 2009

Safra 2009/2010 - preços em reais à vista

PREÇO DOS PRODUTOS - PVU - SEM IMPOSTOS

Produtos	Mês		Acumulado	
	Mix	Preço	Mix	Preço
AMI	2,10%	33,17	2,50%	33,60
AME	43,91%	26,51	37,37%	26,71
AEAd - ME	7,18%	883,25	4,61%	940,28
AEAd - MI	8,66%	687,33	10,42%	692,09
AEAof	0,05%	744,37	0,16%	746,34
AEHd - ME	10,48%	640,19	10,98%	591,01
AEHd - MI	27,23%	593,14	33,59%	600,72
AEHof	0,38%	630,49	0,36%	659,11

Obs: 1) AEAd - ME+MI+of	15,89%	776,05	15,19%	768,30
AEHd - ME+MI+of	38,10%	606,46	44,93%	598,81

PREÇO LÍQUIDO DO ATR POR PRODUTO

Produtos	Mês		Acumulado	
	Mix	Preço	Mix	Preço
AMI	2,10%	0,3761	2,50%	0,3810
AME	43,91%	0,3006	37,37%	0,3029
AEAd - ME	7,18%	0,3019	4,61%	0,3214
AEAd - MI	8,66%	0,2349	10,42%	0,2366
AEAof	0,05%	0,2544	0,16%	0,2551
AEHd - ME	10,48%	0,2284	10,98%	0,2108
AEHd - MI	27,23%	0,2116	33,59%	0,2143
AEHof	0,38%	0,2249	0,36%	0,2351
Média		0,2645		0,2586

Obs: 1) AEAd - ME+MI+of	15,89%	0,2652	15,19%	0,2626
AEHd - ME+MI+of	38,10%	0,2163	44,93%	0,2136

Projeção de preço da cana-de-açúcar - média do estado do Paraná - Safra 2009/2010 - preços em reais à vista

Preço dos produtos - PVU sem impostos

Produtos	Mix	Média
AMI	2,72%	33,86
AME	41,77%	28,22
AEAd - ME	3,66%	997,70
AEAd - MI	8,97%	718,69
AEAof	0,03%	746,34
AEHd - ME	5,42%	608,34
AEHd - MI	37,37%	612,61
AEHof	0,07%	659,11

Preço líquido do ATR por produto

Produtos	Mix	Média
AMI	2,72%	0,3840
AME	41,77%	0,3200
AEAd - ME	3,66%	0,3410
AEAd - MI	8,97%	0,2456
AEAd - MI	0,03%	0,2662
AEHd - ME	5,42%	0,2170
AEHd - MI	37,37%	0,2185
AEHof	0,07%	0,2351
Media		0,2723

PROJEÇÃO DO PREÇO DA CANA BÁSICA - R\$/t 121,9676 kg ATR

PREÇO	CAMPO	ESTEIRA
Preço básico	29,73	33,21
PIS/COFINS (*)	-	-
TOTAL	29,73	33,21

Maringá, 25 de junho de 2009
Paulo Roberto Misquevis
Presidente

Paulo Sidney Zambon
Vice-Presidente

VARIACÃO

Feijão está agora com preço melhor para o produtor



Uma das maiores dores de cabeça do produtor rural é a oscilação dos preços que o mercado paga pelo mercado, ainda mais quando a variação é para baixo. O feijão não foge à regra e também é um dos produtos que sofrem com a variação dos preços pagos ao produtor. Depois de acumular quedas de mais de 70% no primeiro semestre, o preço do grão volta a subir. O preço da saca pode chegar a R\$ 100, o que é muito bom para o agricultor. Um fator importante para o aumento foi a estiagem que atingiu o estado, isso fez com que a produção fosse prejudicada. Os estoques baixaram fazendo os preços pagos ao produtor subirem.

Uma particularidade do feijão é que é uma cultura de ciclo curto. O produtor leva de oitenta a cem dias entre o plantio e sua colheita. “O feijão pode render até três safras e pode entrar perfeitamente na rotação de culturas”, falou Marcelo Lüders, presidente do Instituto Brasileiro do Feijão. “O produtor pode fazer dinheiro rápido, desde que consiga uma boa produtividade”, disse.

A diversificação de culturas é uma saída para o agricultor se esquivar de uma queda brusca no preço do feijão. Adão Mazur é um dos que utilizam esta diversificação de produtos. “É importante não ficar preso só a uma cultura porque o preço varia bastante. E também porque quando o preço fica bom muita gente planta feijão e derruba preço”, disse Manzur.

Para o a segunda quinzena de junho a saca de feijão está cotada em R\$ 70 o mínimo, e R\$ 80 o valor máximo. “Se a gente conseguir alcançar os R\$ 90 na saca de feijão, ninguém vai reclamar”, afirma Mazur.

Um fenômeno comum é visto quando o preço está alto. Agricul-

tores que normalmente não produzem feijão destinam parte de sua área para aproveitar o bom preço. Mas esse excesso de feijão no mercado aumenta o volume e consequentemente derrubando o preço.

O preferido do Brasil

O feijão carioca, também chamado carioquinha, é o mais consumido no Brasil. Tem esse nome por apresentar listras que, de certa forma, lembram o calçadão da praia de Copacabana. Aproximadamente 70% dos brasileiros preferem o carioquinha, porém duas regiões do Brasil preferem o feijão preto. No Rio Grande do Sul e no Rio de Janeiro o carioquinha é preterido, e quem acompanha o arroz é o feijão preto.



A preferência pelo feijão preto no Rio Grande do Sul se explica pelo fato de ser o preferido dos tropeiros, que consumiam este tipo de feijão sem caldo, com farinha, toucinho e linguiça. Já os cariocas adotaram o feijão preto com a invenção da feijoada no século XIX.

Produção em família



Trabalhando na lavoura desde os 14 anos, Adão Mazur (foto) é um bom exemplo de agricultor. Em volta de sua casa na Lapa - PR, moram os quatro filhos, Alessandra, Rafael, Fernanda e Diego. Os dois mais velhos (Alessandra e Rafael) casados. Rafael e Diego trabalham com Adão na lavoura, enquanto as garotas, junto com a es-

posa Dulce Mazur, administram uma panificadora no centro da cidade.

Quando a equipe de reportagem chegou, Mazur foi mostrando e identificando as casas no terreno: "Ali mora minha filha com o marido, esta outra mora meu filho mais velho...". E completou: "É bom ter eles por perto". Rafael sempre ajudou o pai na

lavoura, Diego o mais novo estuda agronomia na PUC e também contribui com os trabalhos na lavoura.

Mazur acredita que a família por perto é fundamental para a qualidade de vida que leva. Mesmo com a vida ocupada com a agricultura não dispensa momentos e lazer com a família. "Sempre que a gente pega uma folga, fazemos alguma coisa juntos", conta Adão Mazur.

Na liderança

O feijão é a quarta cultura em área plantada no Paraná, perdendo apenas para a soja, o milho e o trigo. O estado é o maior produtor do país, responsável por 21% do total produzido ao longo das três safras anuais. Na temporada 2008/09, das 3,52 milhões toneladas produzidas no país, 747 mil foram colhidas no estado, de acordo com a Companhia Nacional e Abastecimento (Conab).

1ª Safra - A primeira safra, ou safra das águas, plantada entre agosto e novembro, é responsável por 50% da produção total do estado e equivale a 28% da produção brasileira de feijão de verão. No atual ciclo, rendeu

374,8 mil toneladas em 362 mil hectares, segundo o Deral. A área cresceu 26%, mas a produção caiu 13% porque a seca frustrou em 38% as estimativas de safra iniciais.

2ª Safra - A segunda safra de feijão, a safra da seca, representou 49% da produção estadual total na temporada 2008/09. O cultivo de 258,7 mil hectares deve render 365,2 mil toneladas. A produção foi prejudicada pela estiagem. Até o momento, conforme o Departamento da Economia Rural (Deral), 18% da safrinha foi comprometida pelo clima adverso. Ainda assim, o estado participa com 26% na produção nacional de inverno.

3ª safra - A terceira safra é quase inexpressiva no Paraná. Os poucos

hectares cultivados estão concentrados nas regiões Norte e Noroeste do estado. Neste ciclo, são 7,7 mil hectares, com potencial para 6,8 mil toneladas. (Fonte Gazeta do Povo).

Endereço para devolução:
Federação da Agricultura do Estado do Paraná
Av. Marechal Deodoro, 450 - 14º andar
Cep 80010-010 - Curitiba - Paraná

EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS



- | | |
|---------------------------------------|--|
| <input type="checkbox"/> Mudou-se | <input type="checkbox"/> Falecido |
| <input type="checkbox"/> Desconhecido | <input type="checkbox"/> Ausente |
| <input type="checkbox"/> Recusado | <input type="checkbox"/> Não procurado |

- | |
|---|
| <input type="checkbox"/> Endereço insuficiente |
| <input type="checkbox"/> Não existe o nº indicado |

- | |
|---|
| <input type="checkbox"/> |
| <input type="checkbox"/> Informação dada pelo porteiro ou síndico |

REINTEGRADO AO SERVIÇO POSTAL

Em ___/___/___

Em ___/___/___

Responsável _____